

Oitis 5 Energia Renovável S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Oitis 5 Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oitis 5 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oitis 5 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Informações comparativas – Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 29 de março de 2022, com uma opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Gabriela Rocha Werberlich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

OITIS 5 ENERGIA
RENOVÁVEL S.A.

Sumário

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
BALANÇO PATRIMONIAL	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	21
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	22
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	23
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	24
9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	25
11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS	26
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	27
13. PROVISÕES E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	28
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

Oitis 5 Energia Renovável S.A. - Oitis 5

ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
1. OITIS 5.....	5
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	5
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
4. ENDIVIDAMENTO	7
5. AUDITORES INDEPENDENTES	7
DISCLAIMER.....	8

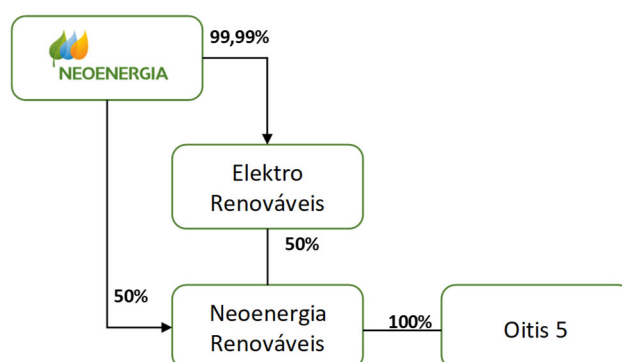
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2022, a Oitis 5 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2023, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. OITIS 5

A Companhia Oitis 5 Energia Renovável S.A. ("Oitis 5") é uma sociedade por ações de capital fechado, cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). O Parque Eólico Oitis 5 é um dos 12 parques que compõem o Complexo Oitis, localizado nos estados do Piauí e da Bahia.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Oitis 5 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução autorizativa N° 8.488, de 17 de dezembro de 2019, expedida pela ANEEL. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da resolução.

O Parque Eólico terá sua energia comercializada no âmbito do mercado livre de energia.

A Oitis 5 conta com a implantação de 9 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 49,5 MW. No ano de 2022, o Parque Eólico entrou em operação comercial e durante esse período gerou 30.927 MWh.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta	17.935	-	-
Receita Operacional Líquida	17.280	-	-
Margem Operacional Líquida	8.797	-	-
EBITDA	8.324	(52)	(16.107,7)
Resultado Financeiro	(242)	(35)	591,43
Lucro Líquido	6.650	(325)	(2.146,15)
Margem Operacional (%)	50,91%	N/A	N/A
Margem EBITDA (%)	48,17%	N/A	N/A
Margem Líquida (%)	38,48%	N/A	N/A

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/22	dez/21	Variação %
Ativo Total	238.448	143.756	65,87
Dívida Bruta	96.806	45.016	115,05
Dívida Líquida ⁽³⁾	71.522	42.589	67,94
Patrimônio Líquido	122.718	90.566	35,50

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	8,59	(819,02)	(101,05)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽³⁾	34,40	(1,49)	(2.408,72)

⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

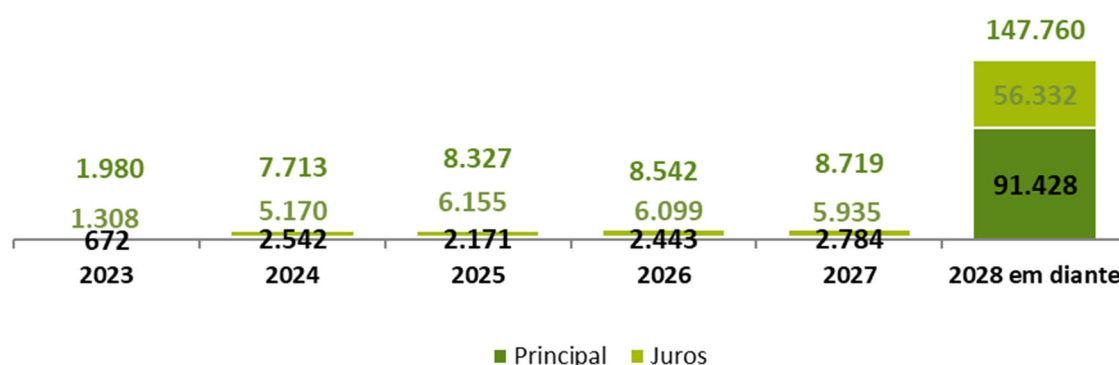
Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	6.650	(325)	6.975	(2.146,15)
Receitas financeiras (B)	232	118	114	96,61
Despesas financeiras (C)	(419)	(151)	(268)	177,48
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(55)	(2)	(53)	2.650,00
Imposto de renda (E)	(1.226)	(238)	(988)	415,13
Depreciação (F)	(206)	-	(206)	-
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	8.324	(52)	8.376	(16.107,69)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNB com amortizações lineares ao longo dos anos.

OITIS 5 (em R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes (DELOITTE), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 11.911,20 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Oitis 5 Energia Renovável S.A. ("Oitis 5"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Oitis 5 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Oitis 5.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Oitis 5 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Parecer Auditoria

OITIS 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional, líquida	3	17.280	-
Custos dos serviços		(8.483)	-
Custos com energia elétrica	4	(7.246)	-
Custos de operação	5	(1.237)	-
Lucro bruto		8.797	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(679)	(52)
Lucro (prejuízo) operacional		8.118	(52)
Resultado financeiro		(242)	(35)
Receitas financeiras		232	118
Despesas financeiras		(419)	(151)
Outros resultados financeiros, líquidos		(55)	(2)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		7.876	(87)
Tributos sobre o lucro	6.1.1	(1.226)	(238)
Corrente		(1.226)	(238)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		6.650	(325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.650	(325)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.650	(325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.650	(325)
Ajustado por:		
Depreciação	206	-
Tributos sobre o lucro	1.226	238
Resultado financeiro, líquido	242	35
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(2.881)	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(3.119)	1.890
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(708)	129
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(3)	-
Outros ativos e passivos, líquidos	461	1.046
Caixa líquidos proveniente das operações	2.074	3.013
Rendimento de aplicação financeira	232	118
Pagamento de juros – Arrendamentos	-	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	(766)	(30)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.540	3.099
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(53.895)	(135.721)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(1.204)	(908)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(55.099)	(136.629)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	47.113	43.875
Pagamento dos custos de captação	(17)	(556)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(14)	(12)
Aumento de capital	27.000	78.408
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	74.082	121.715
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	20.523	(11.815)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.427	14.242
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.950	2.427
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimento)	10.567	-
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado	4.694	1.066
Provisão para desmantelamento	488	-
Provisões ambientais	380	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	22.950	2.427
Contas a receber de clientes e outros	8	2.881	-
Outros ativos circulantes		68	24
Total do circulante		25.916	2.451
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	2.334	925
Direito de uso		-	14
Imobilizado	10	210.198	140.366
Total do não circulante		212.532	141.305
Total do ativo		238.448	143.756
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	11	3.852	6.971
Empréstimos e financiamentos	12	6.871	-
Passivo de arrendamento		-	14
Tributos sobre o lucro a recolher		177	57
Outros tributos a recolher		100	475
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.2	1.498	-
Provisões e obrigações contratuais	13	89	-
Operações com controladora ora	15.1	10.567	-
Outros passivos circulantes		1.016	9
Total do circulante		24.170	7.526
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	89.935	45.016
Passivo de arrendamento		-	1
Provisões e obrigações contratuais	13	779	-
Outros passivos não circulantes		846	647
Total do não circulante		91.560	45.664
Patrimônio líquido	14		
Atribuído aos acionistas da Companhia		122.718	90.566
Total do patrimônio líquido		122.718	90.566
Total do passivo e do patrimônio líquido		238.448	143.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de lucro		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva para Investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.908	-	-	(342)	90.566
Resultado abrangente do exercício:					-
Lucro líquido do exercício		-	-	6.650	6.650
Transações com os sócios:					-
Aumento de capital (nota 14.1)	27.000				27.000
Destinação do lucro líquido:					-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	(1.498)	(1.498)
Constituição de reservas de lucros (nota 14.2)	-	315	4.495	(4.810)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	117.908	315	4.495	-	122.718
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.500	-	-	(17)	12.483
Resultado abrangente do exercício:					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(325)	(325)
Transações com os sócios:					
Aumento de capital (nota 14.1)	78.408	-	-	-	78.408
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.908	-	-	(342)	90.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Oitis 5 Energia Renovável S.A. (“Oitis 5” ou “Companhia”), com sede na Praia do Flamengo, 78, Sala 301 Parte, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de junho de 2019, controlada integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A.

A Oitis 5 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução autorizativa Nº 8.488, de 17 de dezembro de 2019, expedida pela ANEEL. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da resolução.

O Parque Eólico terá sua energia comercializada no âmbito do mercado livre de energia.

A Oitis 5 conta com a implantação de 9 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 49,5 MW. No ano de 2022, o Parque Eólico entrou em operação comercial em 22 de julho de 2022 e durante esse período gerou 30.927 MWh

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge

das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 12).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da companhia para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
Itaú	AA	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	-
Bradesco	AAA	AAA	AAA

Não houve alterações relevantes nos *ratings* destas instituições em relação ao período de 31 de dezembro de 2021.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais**(a) Riscos regulatórios**

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

(b) Seguros

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	198
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	44
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	198

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 16 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
6.1.2	Tributos sobre o lucro
8.1	Contas a receber de clientes e outros
10.1	Imobilizado

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (‘IASB’) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia	17.250	-
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	685	-
Receita operacional bruta	17.935	-
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(655)	-
Receita operacional, líquida	17.280	-

3.1 Deduções da receita bruta

	2022	2021
Tributos		
PIS e COFINS	(655)	-
Total	(655)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição do Parque Eólico extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição do Parque Eólico, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2022	2021
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL	(5.014)	-
Energia curto prazo – PLD	(404)	-
Total	(5.419)	-
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(1.827)	-
Total	(1.827)	-
Total dos custos com energia elétrica	(7.246)	-

(1) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

OTIS 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022			2021		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(107)	(235)	(342)	-	-	-
Serviços de terceiros	(555)	(439)	(994)	-	(52)	(52)
Depreciação e amortização	(206)	-	(206)	-	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(369)	(5)	(374)	-	-	-
Total	(1.237)	(679)	(1.916)	-	(52)	(52)

(1) Inclui materiais, alugueis, seguros, tributos e demais despesas diversas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**6.1 Tributos sobre o lucro**

A Companhia possui como regime de apuração o Lucro Presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

6.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	7.876	(87)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(2.678)	30
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	1.452	(268)
Tributos sobre o lucro	(1.226)	(238)
Alíquota efetiva	16%	(274)%
Corrente	(1.226)	(238)

6.1.2 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido. De modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	133	110
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	2.012
Fundos de investimento	22.817	305
Total	22.950	2.427

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 99,55% do CDI (99,31% em 31 dezembro de 2021).

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, em fundos exclusivos Itaú Salvador Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31 de dezembro de 2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022
	Recebível
Fornecimento de energia	2.615
Comercialização de energia na CCEE	266
Total	2.881

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2022
	Recebível
A vencer	2.615
	2.615

8.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

b) Estimativas e julgamento críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras.

Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	-
Aplicações	908
Remuneração	17
Saldo em 31 de dezembro de 2021	925
Aplicações	1.204
Remuneração	205
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.334

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNB através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 98% do CDI e liquidez diária.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Parques eólicos	Construções	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	4,00%	3,10%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	140.366	140.366
Adições	488	-	66.654	67.142
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	2.895	2.895
Depreciação	(172)	(33)	-	(205)
Transferências entre classes	175.744	34.171	(209.915)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	176.060	34.138	-	210.198
Custo	176.232	34.171	-	210.403
Depreciação acumulada	(172)	(33)	-	(205)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	2.936	2.936
Adições	-	-	136.364	136.364
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	1.066	1.066
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	140.366	140.366
Custo	-	-	140.366	140.366
Depreciação acumulada	-	-	-	-

(1) Capitalização dos encargos de dívida, amortização do direito de uso e juros sobre obras em andamento (JOA).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	2022	2021
Energia elétrica	536	-
Encargos de uso da rede	283	-
Materiais e serviços	3.033	6.971
Total	3.852	6.971

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos bancários	96.806	45.016
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	96.806	45.016
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(22.950)	(2.427)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 9)	(2.334)	(925)
Dívida líquida	71.522	41.664

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação vinculados as dívidas.

12.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários e denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2022	2021
Denominados em R\$	97.318	45.561
Indexados a taxas flutuantes	97.318	45.561
(-) Custos de transação	(512)	(545)
	96.806	45.016
Passivo circulante	6.871	-
Passivo não circulante	89.935	45.016

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Total ⁽¹⁾
2023	672	1.308	1.980
2024	2.542	5.170	7.712
2025	2.171	6.155	8.326
2026	2.443	6.099	8.542
2027	2.784	5.935	8.719
Entre 2028 e 2032	18.951	26.413	45.364
Entre 2033 e 2037	26.039	19.265	45.304
2038 em diante	46.438	10.654	57.092
Total	102.040	80.999	183.039

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 13,43 anos (12,29 anos em 31 de dezembro de 2021).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	45.016	-
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	47.113	43.875
Custo de captação	(17)	(556)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	4.694	1.697
Saldo final do exercício	<u>96.806</u>	<u>45.016</u>

d) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

13. PROVISÕES E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	<u>2022</u>
Provisão para obrigações ambientais (nota 13.1)	380
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 13.2)	488
	<u>868</u>
Passivo circulante	89
Passivo não circulante	779

13.1 Provisões ambientais

As provisões ambientais são reconhecidas mediante as condicionantes estabelecidas nas licenças e autorizações ambientais, parte do processo de licenciamento ambiental brasileiro. Destaca-se que o licenciamento ambiental é um instrumento regulamentado através da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal 6.938/1981) e demais leis e normas relacionadas. O atendimento das condições estabelecidas no processo de licenciamento ambiental e nas condicionantes das licenças e autorizações ambientais, juntamente da legislação ambiental, possibilita a operação comercial dos empreendimentos elétricos do ponto de vista socioambiental

13.2 Desmantelamento

Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem do parque eólico Oitis 5, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar a obrigação.

A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 8,92% e uma inflação projetada equivalente a 3,00%.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 117.908 (R\$ 90.908 em 31 de dezembro de 2021), representando ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia Renováveis S/A.

Ao longo do exercício de 2022, a Neoenergia Renováveis S/A aportou na Companhia o montante de R\$ 27.000 (R\$ 78.408 em 31 de dezembro de 2021), restando ainda ser integralizado o montante de capital subscrito de R\$ 17.108, sendo fixado prazo até 31 de dezembro de 2024 para a integralização do capital aprovado.

14.2 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Oitis 5 Energia Renovável S.A. foi calculada da seguinte forma:

	2022
Lucro líquido do exercício	6.650
Prejuízos acumulados	(342)
Reserva legal	(315)
Lucro líquido ajustado	5.993
Reserva para investimento	(4.495)
Lucro líquido a distribuir	1.498
Remuneração	
Mínimo obrigatório ⁽¹⁾	1.498
	1.498
Natureza da remuneração	
Dividendos	1.498
	1.498

(1) Os dividendos mínimos obrigatórios tem como base o lucro líquido menos a reserva legal.

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2022
Saldos iniciais	-
Dividendos:	
Dividendos declarados	1.498
Saldos finais	1.498

14.3 Reservas de lucros

14.3.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.3.2 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos.

14.4 Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionista e suas empresas ligadas.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

OTIS 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo			
Contas a receber e outros (a)	2.615	-	2.615
	2.615	-	2.615
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar (a)	677	-	677
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (b)	-	1.498	1.498
Outros passivos (c)	-	10.567	10.567
	677	12.065	12.742

15.2 Transações com partes relacionadas

	2022	
	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida (a)	17.250	17.250
Custos dos serviços (a)	(5.542)	(5.542)
Despesas gerais e administrativas	(235)	(235)
	11.473	11.473

OITIS 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.3 Principais Transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Compra e venda de energia elétrica	IPCA	9 anos	2023	2.078	11.848
b)	Neoenergia Renováveis S.A.	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2023	(1.498)	-
c)	Neoenergia Renováveis S.A.	Compartilhamento de custos de construção	N/A	1 ano	2023	(10.567)	-

15.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	133	22.817	2.122	305
Títulos e valores mobiliários	2.334	-	925	-
Contas a receber de clientes e outros	2.881	-	-	-
	5.348	22.817	3.047	305
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	3.852	-	6.971	-
Empréstimos e financiamentos	96.806	-	45.016	-
Passivo de arrendamento	-	-	15	-
Outros passivos financeiros	1.763	-	649	-
	102.421	-	52.651	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

16.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.7.

16.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	22.817	22.817	305	305
	22.817	22.817	305	305

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	96.806	96.806	45.016	45.016

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

16.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

16.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	25.150	3.437	(516)	(1.031)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(97.327)	(5.448)	(623)	(1.246)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora Presidente

Diretores

Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Oitis 5 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.211.252/0001-81, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Oitis 5 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2022; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Oitis 5 relativas ao exercício social findo em 31.12.2022.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Laura Cristina da Fonseca Porto

Diretora Presidente

Leandro Adzgauskas Montanher

Rodolfo Fernandes da Rocha

Mariane Carvalho Medeiros

Diretores